

ENTREVISTA CRP – RJ

Silvia Alexim Nunes*

1 – Antropologia e História identificam ao longo dos tempos, em diversas sociedades, organizações sociais baseadas na hierarquização de gêneros. Seria possível pensar uma sociedade em que esta hierarquização de gêneros não exista?

R – Essa é uma questão bastante complexa porque a própria categoria de gênero é cultural e historicamente determinada. Mas como de fato essa hierarquização existe e tem sido ao longo do tempo produtora de sofrimento humano acho que é importante que possamos supor e mesmo desejar a existência de uma sociedade sem essa hierarquia, o que não seria, em princípio, impossível já que as sociedades são mutáveis e as culturas muito diversificadas. No entanto, como a própria pergunta afirma, historicamente, o que temos são sociedades nas quais essa hierarquia está presente. No caso da cultura ocidental ela está na base da organização social, onde o masculino foi instituído como modelo ficando o feminino colocado como um outro imperfeito e inferior. Mesmo considerando que as formas de se pensar as diferenças de sexo e as diferenças de gênero não se mantiveram as mesmas ao longo de nossa cultura, é importante ressaltar que as mudanças ocorridas da Antiguidade à Modernidade, sustentaram essa hierarquia, o que impediu, entre outras coisas, que as mulheres conquistassem estatuto de cidadãs até a primeira metade do século XX. Um outro aspecto dessa hierarquização é que se um indivíduo não se adequasse aos papéis que lhe eram atribuídos socialmente a partir de sua “natureza”, de suas características biológicas, era visto como um desviante, um anormal, patologizado e criminalizado. Estamos ainda hoje, no século XXI, procurando lidar com os efeitos dessa hierarquização, de forma que é muito difícil para nós, nesse contexto em que fomos forjados, vislumbrar como seria uma sociedade onde essa hierarquia não existisse.

2 – Existiria uma subjetividade feminina? Pode-se responder o que é uma mulher?

R - Acho que uma das conseqüências da hierarquização dos gêneros e dos sexos foi a tentativa de se instituir a idéia de uma essência feminina, de uma subjetividade feminina, o que desembocou na célebre pergunta feita por Sigmund Freud, “O que quer

uma mulher?”. Pergunta que, felizmente, ele nunca conseguiu responder, apesar de ter buscado solução para o que denominou de enigma feminino ao longo de toda a sua vida. Digo que felizmente ele não conseguiu responder porque seu questionamento o levou para um outro lugar, para valorizar a dimensão indeterminada do desejo, a plasticidade da pulsão e da sexualidade, para a idéia de que a subjetividade de cada um é construída a partir de sua história singular. É a partir dessa perspectiva que não acredito que exista uma subjetividade feminina ou que se possa responder o que é ser mulher. O que podemos pensar é que ser mulher, ou homem, em nossa cultura tem implicações que vão estar presentes nos processos singulares de subjetivação de cada indivíduo, mas isso não quer dizer que exista uma subjetividade feminina, ou masculina, com características fixas e imutáveis, ou seja, que exista uma essência feminina ou masculina.

3 – O que representa ser mulher, hoje, no Brasil?

R - Depende de qual mulher estamos falando. Existem diferenças de classe, de idade, culturais, enfim uma infinidade de formas de inserção social que marcam a subjetividade feminina. Normalmente quando falamos da situação da mulher contemporânea tendemos a tomar como modelo a mulher de classe média urbana em idade produtiva e reprodutiva. Em relação a essa mulher é inegável que a condição feminina melhorou bastante, com a entrada no mercado de trabalho, o acesso à educação, o advento da pílula e outras técnicas contraceptivas que possibilitaram não só um exercício mais pleno da sexualidade, como a possibilidade de programar a maternidade, decidir quando e quantos filhos ter, ou mesmo optar por não tê-los. Para essa camada feminina da população ser mulher é, de uma maneira bem geral, hoje, uma busca de conciliar vida profissional e familiar. Embora muitas vezes isso não seja muito simples e surjam questionamentos em relação à dupla jornada de trabalho feminino e suas vantagens e desvantagens, considero a possibilidade de ser alguém que possa decidir sobre seu próprio destino, pelo menos dentro do que é possível para cada sujeito decidir, um ganho imenso. Mas não podemos esquecer que essa mulher de classe média urbana é apenas um tipo de mulher presente em nossa sociedade, e que para muitas outras ser mulher coloca ainda agora outras questões fundamentais.

4 – Políticas públicas, não somente no Brasil, mas em outras democracias representativas, são cada vez mais direcionadas a grupos identitários específicos

(mulheres, negros, indivíduos GLBT, idosos). Esse movimento indica uma incapacidade do Estado em prover os direitos e garantias aos cidadãos de forma universal, ou representa um aspecto positivo da política?

R – Acho que é um efeito desses dois fatores, entre outros. Primeiro porque, como já assinalai, em nossa cultura o homem branco europeu, e burguês, foi instituído como modelo ideal para a subjetividade humana, diante do qual os demais tinham um estatuto inferior: mulheres devendo obediência ao pai e ao marido; negros instituídos como escravos; indivíduos GLBT considerados anormais ou perversos, etc. Os Estados sempre tiveram dificuldades em lidar com essas diferenças, e a ordem econômica vigente tem sido incapaz de prover um bem estar universal. Portanto os Estados tem falhado em prover direitos e garantias a essas ditas “minorias”. Políticas públicas direcionadas a esses grupos que, aliás, foram capazes de se organizar e reivindicar seus direitos, podem ser sim positivas, são tentativas de minimizar os efeitos negativos do capital e da ordem burguesa sobre essas parcelas da população. São formas de dar a elas reconhecimento e visibilidade social, quando não, melhores condições de vida. É claro que não podemos deixar de refletir sobre essas políticas e seus efeitos, certamente não são soluções ideais ou definitivas, e não se pode negar os problemas, contradições e ambigüidades que podem delas advir. É preciso estar atento a essas consequências e ampliar cada vez mais esse debate.

5 – Como a questão de gênero está inserida na Psicologia e como profissionais da área podem contribuir para eliminação de estereótipos?

R – Acho que a questão de gênero encontra-se no cerne da psicologia e demais saberes que lidam com o campo psíquico, porque, como já aponte, ela está no cerne de nossa cultura. Desde a Modernidade que, no pensamento ocidental, homens e mulheres são pensados como seres diferentes e complementares, em função de uma essência que, em última instância, seria derivada da diferença anatômica e biológica entre os sexos. A partir disso determinou-se o que seria a essência feminina e a essência masculina, e as conseqüentes diferenças entre suas necessidades, físicas, psíquicas e sociais. Foi no bojo desse pensamento que se produziu um discurso sobre o que seria a psicologia feminina ou masculina. Nesse modelo durante os últimos séculos acreditou-se que as mulheres foram feitas para o lar e a maternidade e os homens para o trabalho. As próprias

mulheres e os movimentos feministas conseguiram questionar esses pressupostos. Também foi a partir desse modelo que as práticas homoeróticas foram classificadas como desvios, anormalidade, perversão, classificação essa que, durante muito tempo, foi vista como “científica” pela psicologia e demais saberes sobre o psíquico. Também os movimentos GLBT conseguiram questionar esse tipo de discurso. Os profissionais precisam estar sempre atentos para o fato de que não existe um sujeito a-histórico, que as formas de subjetivação não são fixas e imutáveis, que a ciência não é um discurso de verdade absoluta, e que é preciso escutar cada um em sua singularidade, para não responder a seu sofrimento com receitas pré-concebidas e homogeneizantes constituídas em torno de critérios de normalidade que são, antes de mais nada, políticos e que buscam a integração do indivíduo à determinada organização social. É preciso possibilitar que o sujeito encontre formas criativas de lidar com as exigências da vida, inserindo-se no social a partir de suas próprias necessidades e desejos, e não tentar forçá-lo a se adequar a determinadas formas de viver que pareçam ao profissional mais saudáveis, mas que muitas vezes custam a seu paciente perdas fundamentais em suas possibilidades vitais.

* Psicanalista. Membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos. Doutora em Saúde Coletiva IMS/UERJ.